A queda da desigualdade de renda no Brasil e os homicídios na Região Nordeste

José Maria Nóbrega[*]

Resumo: o presente artigo tem como proposta avaliar o impacto da desigualdade e da pobreza na violência homicida juvenil no nordeste brasileiro. Para isso testa algumas variáveis socioeconômicas que servem como *proxy* para desigualdade e pobreza em relação às taxas de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos de idade do sexo masculino. O modelo de correlação mostra que há pouca significância entre os indicadores de GINI e renda domiciliar *per capita* em relação às taxas de homicídio juvenil para a região, sugerindo que desigualdade e pobreza não tem relação com a violência homicida.

Introdução

Entre 2001 e 2005 a desigualdade de renda declinou substancialmente no Brasil e, de forma contínua, alcançando neste último ano o menor nível das últimas três décadas. Além de relevante por si só, essa desconcentração teve conseqüências expressivas sobre a pobreza e a extrema pobreza no País. A despeito do lento crescimento econômico, a extrema pobreza declinou a uma taxa seis vezes mais acelerada que a requerida pela primeira meta do primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio (Barros *et ali,* 2006: p. 09).

As políticas de distribuição de renda do governo, como as pensões e as aposentadorias, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), foram fundamentais para a queda da desigualdade e a melhoria na condição de vida das pessoas (Barros *et ali,* 2006).

Os homicídios são o maior problema da criminalidade violenta no Brasil. Responsável por 10% dos homicídios do mundo, segundo Exame da Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento[1] (Jornal do Commercio, 2008: p.10), o Brasil vem tendo um crescimento de suas taxas de homicídio numa média de 1.580 mortes ao ano (Soares, 2008) com um incremento em suas taxas por cem mil na ordem de 5,6 % ao ano desde o início da década de 1980 (Cerqueira, 2007). Em 1980 a taxa de homicídios por cem mil habitantes foi de 11,7 e em 2002 esta taxa estava na ordem dos 30 homicídios por cem mil.

[*] Mestre e Doutorando em Ciência Política pela UFPE, Pesquisador do Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas e da Criminalidade UFPE e Professor das Faculdades Integradas Barros Melo (FIBAM).

[1] "Estudo financiado pelo governo suíço revela que o Brasil contabiliza 48 mil dos 490 mil assassinatos ocorridos no mundo por ano. Algumas cidades do País têm índices de violência parecidos aos do Iraque" (Jornal do Commercio, 2008: p.10).

Boa parte da literatura sociológica e antropológica coloca nos problemas estruturais o crescimento da violência no Brasil, sobretudo os homicídios (Beato e Reis, 2000). Discordo desta perspectiva. Desigualdade e pobreza não explicam o crescimento dos homicídios no Brasil neste período.

O presente artigo tem como proposta analisar certos indicadores socioeconômicos, muitos deles *proxy* para desigualdade de renda e pobreza, em relação aos homicídios para a região nordeste do Brasil. Muitos estudos negligenciam o papel dessa região no que tange a criminalidade homicida, acreditando que a resolução de problemas estruturais são suficientes para a superação da violência que grassa, sobretudo, os estados mais desenvolvidos dessa região, como é o caso de Pernambuco, o mais violento da federação.

Para tanto o trabalho está dividido em quatro partes. Esta pequena introdução, depois as notas técnicas sobre as estatísticas utilizadas no trabalho. Em seguida, uma seção avaliando as variáveis de desigualdade de renda e social para a região nordeste entre os anos de 2001 e 2005 que tem como base os estudos e dados do IPEA[2] (Barros *et ali*, 2006). Posteriormente, uma análise da correlação entre os indicadores da seção sobre desigualdade e o impacto de tais variáveis (independentes) nos homicídios, estes como indicador de violência, mais especificamente o grupo de jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos de idade. Grupo mais atingido pela criminalidade homicida na região nordeste. Por fim, uma conclusão apontando para uma agenda mais consistente para a pesquisa em torno da criminalidade homicida no Brasil.

Notas técnicas dos dados estatísticos

Homicídios: Os dados de homicídios foram resgatados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, que centraliza informações das certidões de óbito emitidas em todo o país. Desde 1979, o Ministério da Saúde passou a implementar o Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Pela legislação vigente no Brasil (Lei n. 15, de 31/12/73, com alterações da Lei n. 6.216, de 30/06/75), nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de registro de óbito correspondente. Esse registro deve ser feito à vista de atestado médico ou, na falta de médico na localidade, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou verificado a morte (Waiselfisz, 2007: p.14). O presente estudo está baseado na catalogação dos óbitos por homicídio no local de ocorrência, no caso específico de Pernambuco. Para as demais regiões e estados os dados de homicídio foram resgatados do local de residência[3].

A causa morte baseia-se na Classificação Internacional de Doenças CID-10, da última revisão ocorrida em 1996, classificada como X85-Y09 - "agressões" que tem como característica a presença de uma agressão de terceiros, que utiliza qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima. Cálculos e estatísticas anteriores a 1996 se basearam na CID-9 (E55-Homicídios e lesões provocados intencionalmente por outras pessoas) da nona revisão. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estipula um limite

[2] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

[3] Existe um sério debate entre estudiosos entre o local de residência ou de ocorrência do crime, pois quando registrados no local de ocorrência pode existir sobre-registro de dados, já que muitas vítimas foram alvejadas em local determinado e só vieram a falecer no hospital. Como a maioria dos hospitais está nas capitais ou nas cidades mais desenvolvidas, há a tendência de sobre-registro nessas cidades.

epidemiológico nos 10 homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes, sendo esta escala populacional um padrão internacional.

Populações: As populações utilizadas no trabalho foram estimadas segundo os cálculos do IBGE e resgatadas do SIM/DATASUS. A exceção se deu para a população parda/negra para o ano de 2000 que foi resgatada no sistema do IPEAdata (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que também tem como base o sistema do IBGE de estimativa populacional.

Coeficiente de Gini: dados de renda – desigualdade – índice de Gini resgatados do site do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) www.ipeadata.gov.br para os anos de 2001 a 2005 da região nordeste.

Renda Domiciliar *per capita*: dados de renda – desigualdade – renda domiciliar *per capita* resgatados do site do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) www.ipeadata.gov.br para os anos de 2001 a 2005 da região nordeste.

Desigualdade de renda e pobreza: uma análise da queda recente

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) demonstrou que, de 1995 a 2005, houve uma tendência à queda na desigualdade de rendimento domiciliar *per capita* (RDPC), onde a partir de 2001 este decréscimo se mostrou mais relevante. O índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC) caiu de 0,594 em 2001 para 0,566 em 2005. Essa redução de 2,8 pontos percentuais em quatro anos pode parecer pequena, mas cabe assinalar que o valor absoluto de sua intensidade anual é semelhante ao do crescimento de 8 pontos percentuais do índice de Gini do rendimento mensal total de pessoas economicamente ativas com rendimento positivo (PEA) no Brasil, na década de 1960, que mereceu grande destaque na literatura sobre distribuição de renda e no debate político.

Outros indicadores de desigualdade confirmam essa perspectiva. A percentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos caiu de 47,2% em 2001 para 45,0% em 2005, ao mesmo tempo em que a percentagem da renda total recebida pelos 5% mais ricos caiu de 33,8% para 32,0%. Em 2001 a percentagem da renda total apropriada pelo 1% mais rico (13,8%) ainda era maior do que a percentagem da renda apropriada pelos 50% mais pobres (12,7%). A situação inverteu-se em 2005, ficando 12,9% para o centésimo mais rico e 14,2% para a metade mais pobre (Hoffmann, 2006: 96-7).

Na Região Nordeste o índice de renda das pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos sofreu uma redução de aproximadamente cinco pontos percentuais entre os anos de 2001 e 2005, segundo dados levantados no IPEADATA, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 1: pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos (%) - Região Nordeste

Regiões	2001	2002	2003	2004	2005
NE - Região Nordeste	30,50	30,50	28,34	27,29	25,25

Fonte: IPEADATA

A redução de domicílios pobres na Região Nordeste foi constante entre 2001 e 2005. Perceber que houve um decréscimo de 5 pontos percentuais em relação à pobreza neste indicador:

Tabela 2: Pobreza – domicílios pobres (%)

Regiões	2001	2002	2003	2004	2005
NE - Região Nordeste	0,51	0,50	0,51	0,49	0,44

Fonte: IPEADATA

Nos estados nordestinos o índice de renda das pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos mostra redução na maioria dos estados. Em Alagoas, em 2001, 33,89 % correspondia às pessoas que se apropriavam da renda equivalente aos 1% mais ricos da população, isto caiu para 22,34 % em 2005. Na Bahia, em 2001, era de 29,41 %, já em 2005 caiu para 21,41. No Ceará, em 2001, era de 35,05 %, em 2005 caiu para 26,26. No Maranhão houve uma queda considerável, de 26,26 % em 2001 para 18,74 em 2005. Na Paraíba, em 2001, era de 30,50 % as pessoas que se apropriavam da renda equivalente aos 1% mais ricos da população, em 2005 caiu para 28,34 %. Em Pernambuco, em 2001 era 32,73 %, em 2005 caiu para 28,34. No Piauí, estado mais pobre da Região Nordeste, em 2001 era de 30,50 % as pessoas que se apropriavam, em 2005 caiu para 29,41 %. O Rio Grande do Norte, único estado a crescer a concentração, era de 25,25 % as pessoas que se apropriavam da renda equivalente aos 1% mais ricos da população, em 2005 cresceu para 30,50%. Sergipe foi o estado que manteve sua média de 18,74 em quase todos os períodos, exclusive em 2003 com crescimento de aproximadamente quatro pontos percentuais.

Tabela 3: pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos (%) - Estados Nordestinos

Estados	2001	2002	2003	2004	2005
AL - Alagoas	33,89	36,25	33,88	25,25	22,34
BA - Bahia	29,41	30,50	30,50	22,34	21,41
CE - Ceará	35,05	27,29	23,29	26,26	26,26
MA - Maranhão	26,26	29,41	29,41	37,45	18,74
PB - Paraíba	30,50	33,88	24,26	30,50	28,34
PE - Pernambuco	32,73	30,50	28,34	32,73	28,34
PI - Piauí	30,50	38,68	30,50	30,50	29,41
RN - Rio Grande do Norte	25,25	21,41	21,41	22,34	30,50
SE - Sergipe	18,74	18,74	22,34	18,74	18,74

Fonte: IPEADATA

Em todos os estados do nordeste houve uma redução dos domicílios pobres, indicador importante para análise do crescimento ou decréscimo da pobreza. Como podemos observar na tabela 4.

Tabela 4: Pobreza – domicílios pobres (%)

Estados	2001	2002	2003	2004	2005
AL - Alagoas	0,56	0,57	0,58	0,55	0,51
BA - Bahia	0,50	0,48	0,50	0,45	0,42
CE - Ceará	0,49	0,47	0,48	0,48	0,43
MA - Maranhão	0,56	0,56	0,58	0,56	0,50
PB - Paraíba	0,54	0,49	0,48	0,48	0,42
PE - Pernambuco	0,51	0,50	0,53	0,51	0,47
PI - Piauí	0,53	0,54	0,53	0,52	0,49

RN - Rio Grande do Norte	0,45	0,44	0,48	0,44	0,39
SE - Sergipe	0,46	0,42	0,42	0,38	0,37

Fonte: IPEADATA

Entre 2000 e 2004 houve um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* nos estados nordestinos, corroborando para a melhoria das condições sócio-econômicas da região. Como se verifica na tabela 5.

Tabela 5: Produto Interno Bruto (PIB) per capita - R$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

ANOS/ESTADOS	2000	2001	2002	2003	2004
Alagoas	2,5	2,4	2,5	2,6	2,6
Bahia	3,7	3,7	3,9	4,0	4,3
Ceará	2,8	2,6	2,6	2,7	2,8
Maranhão	1,6	1,7	1,6	1,7	1,9
Paraíba	2,7	2,7	2,8	2,8	2,8
Pernambuco	3,7	3,7	3,8	3,8	3,9
Piauí	1,9	1,8	1,8	1,8	2,0
Rio Grande do Norte	3,3	3,2	3,4	3,4	3,6
Sergipe	3,3	4,2	4,3	4,5	4,6

Fonte: IPEADATA

Os homicídios e a desigualdade na Região Nordeste

Já no que diz respeito ao homicídio, entre 2001 e 2005, houve um crescimento significativo desses em toda a região, inclusive nos estados mais pobres onde houve considerável melhora nos indicadores apontados. Impressiona que o estado mais pobre da Região Nordeste, o Piauí, tem os menores índices de homicídio de toda a região, e que, apesar da melhoria dos seus indicadores socioeconômicos, teve as taxas de homicídios juvenis crescentes. As melhorias nas condições sócio-econômicas em Pernambuco não tiveram relação significativa com os homicídios de jovens.

Ranking dos estados nordestinos do mais violento ao menos violento, população (total e juvenil 15-29 masculino), números e taxas de homicídios – 2001/2005:

Fonte: IBGE/DATASUS/MS/SIM (cálculos das taxas do autor)

Tabela 6: PERNAMBUCO

Ano	Pop_tot	N_hom_pop_tot	Tx_hom_pop_tot	Pop_15-29_masc	N_hom_15-29_masc	Tx_hom_15-29_masc
2001	8.008.255	4.709	58,8	1.144.579	2.616	228,6
2002	8.084.722	4.396	54,4	1.155.661	2.474	214,1
2003	8.161.828	4.517	55,3	1.166.879	2.513	215,4
2004	8.238.849	4.174	50,7	1.178.060	2.348	199,3
2005	8.413.601	4.329	51,5	1.203.433	2.481	206,2

Tabela 7: ALAGOAS

Ano	Pop_tot	N_hom_pop_tot	Tx_hom_pop_tot	Pop_15-29_masc	N_hom_15-29_masc	Tx_hom_15-29_masc

2001	2.856.563	830	29,1	411.699	456	110,8
2002	2.887.526	991	34,3	416.118	529	127,1
2003	2.917.678	1.039	35,6	420.444	586	139,4
2004	2.947.717	1.035	35,1	424.744	589	138,7
2005	3.015.901	1.203	39,9	434.493	660	151,9

Tabela 8: SERGIPE

Ano	Pop_tot	N_hom_pop_tot	Tx_hom_pop_tot	Pop_15-29_masc	N_hom_15-29_masc	Tx_hom_15-29_masc
2001	1.817.318	517	28,4	266.104	291	109,4
2002	1.846.042	555	30,1	270.295	306	113,2
2003	1.874.597	469	25,0	274.450	247	90,0
2004	1.903.065	454	23,9	278.617	220	79,0
2005	1.967.818	487	24,7	288.041	238	82,6

Tabela 9: CEARÁ

Ano	Pop_tot	N_hom_pop_tot	Tx_hom_pop_tot	Pop_15-29_masc	N_hom_15-29_masc	Tx_hom_15-29_masc
2001	7.547.684	1.284	17,0	1.035.626	604	58,3
2002	7.654.540	1.444	18,9	1.050.506	668	63,6
2003	7.758.437	1.562	20,1	1.065.017	726	68,2
2004	7.862.067	1.582	20,1	1.079.434	774	71,7
2005	8.097.290	1.697	21,0	1.112.184	882	79,3

Tabela 10: PARAÍBA

Ano	Pop_tot	N_hom_pop_tot	Tx_hom_pop_tot	Pop_15-29_masc	N_hom_15-29_masc	Tx_hom_15-29_masc
2001	3.468.534	484	14,0	485.112	264	54,4
2002	3.494.965	607	17,4	488.896	299	61,2
2003	3.518.607	615	17,5	492.292	325	66,0
2004	3.542.167	675	19,1	495.690	333	67,2
2005	3.595.849	745	20,7	503.377	378	75,1

Tabela 11: BAHIA

Ano	Pop_tot	N_hom_pop_tot	Tx_hom_pop_tot	Pop_15-29_masc	N_hom_15-29_masc	Tx_hom_15-29_masc
2001	13.214.146	1.622	12,3	1.984.783	848	42,7
2002	13.323.150	1.759	13,2	2.001.461	949	47,4
2003	13.440.544	2.164	16,1	2.019.627	1.202	59,5
2004	13.552.649	2.261	16,7	2.036.851	1.221	59,9
2005	13.815.260	2.816	20,4	2.077.280	1.561	75,1

Tabela 12: MARANHÃO

Ano	Pop_tot	N_hom_pop_tot	Tx_hom_pop_tot	Pop_15-29_masc	N_hom_15-29_masc	Tx_hom_15-29_masc
2001	5.730.432	562	9,8	845.487	271	32,1
2002	5.803.283	606	10,4	856.352	289	33,7
2003	5.873.646	792	13,5	866.835	386	44,5
2004	5.943.807	729	12,3	877.294	373	42,5
2005	6.103.338	935	15,3	901.093	481	53,4

Tabela 13: RIO GRANDE DO NORTE

Ano	Pop_tot	N_hom_pop_tot	Tx_hom_pop_tot	Pop_15-29_masc	N_hom_15-29_masc	Tx_hom_15-29_masc
2001	2.815.203	322	11,4	396.831	140	35,3
2002	2.852.800	299	10,5	402.171	133	33,1
2003	2.888.087	405	14,0	407.191	183	44,9
2004	2.923.287	344	11,8	412.161	172	41,7
2005	3.003.040	406	13,5	423.465	213	50,3

Tabela 14: PIAUÍ

Ano	Pop_tot	N_hom_pop_tot	Tx_hom_pop_tot	Pop_15-29_masc	N_hom_15-29_masc	Tx_hom_15-29_masc
2001	2.872.983	262	9,1	415.956	113	27,2
2002	2.898.191	308	10,6	419.598	153	36,5
2003	2.923.695	298	10,2	423.390	137	32,4
2004	2.949.133	327	11,1	427.055	156	36,5
2005	3.006.886	368	12,2	435.455	196	45,0

Apesar dos indicadores socioeconômicos positivos, indicando uma melhoria na distribuição de renda e na redução da pobreza, a correlação entre estas variáveis e a variável resposta homicídio se mostra paradoxalmente associada na maioria dos estados nordestinos, i.e., a redução da desigualdade implica em um crescimento dos indicadores na maior parte dos Estados dessa região, a exceção de Pernambuco onde as taxas de homicídios são oscilantes não apresentando relação com as variáveis independentes apontadas.

Para tanto é importante fazer um modelo mais sofisticado em específico para o caso da região nordeste. Correlacionar os indicadores de renda domiciliar *per capita* e o coeficiente de Gini com as taxas de homicídio juvenil. Os indicadores foram resgatados no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e foram correlacionados em um modelo de Correlação de Pearson (N=45). O período analisado foi de 2001 a 2005. O coeficiente de Gini é uma variável bastante utilizada pelos economistas para analisar desigualdade, pois avalia o nível de concentração de renda.

Tabela 15: Correlação de Pearson variáveis de coeficiente de Gini, renda domiciliar *per capita* e taxas de homicídios entre jovens do sexo masculino dos 15 aos 29 anos de idade (2001-2005)

Taxas hom_15_29_m	Ind_Gini	Dom *per capita* (R$ de 2001)
Corr. Pearson	0,211	0,145
Sig.	0,164	0,342
N	45	45

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e DATASUS/SIM. Modelo do autor (SPSS 15).

Percebe-se pelo modelo representado na tabela acima que os impactos do Gini e da renda domiciliar *per capita* em relação às taxas de homicídio juvenil são insignificantes. Coeficientes de Gini e de renda domiciliar *per capita* com baixa significância estatística, 0,164 e 0,342 respectivamente. Ou seja, não existe associação entre estas variáveis socioeconômicas e o crime de homicídio. Independente de nos últimos cinco anos da série, 2001/2005, existir uma redução razoável da desigualdade de renda, sobretudo atribuída à melhoria do índice de Gini, os homicídios permaneceram sendo

praticados e, em muitos casos, tendo incremento positivo em suas taxas e números na região nordeste. Pobreza e desigualdade não explicam o fenômeno dos homicídios nessa região.

Conclusão:

Os estudos sobre a violência no Brasil estão entrando em um novo rumo. Análises ensaísticas baseadas em estudos etnográficos e análises estruturais sem testes empíricos mais sofisticados vêm perdendo espaço nas ciências sociais. Avaliar estatisticamente as diversas variáveis estruturais em relação aos crimes violentos se faz necessário.

Os homicídios não podem ser considerados *proxy* para violência, pois suas causas e vitimização são próprias e quando este tipo de crime é englobado numa única variável para violência onde roubos e furtos, por exemplo, são inseridos nesta variável, o resultado provavelmente será distorcido. É de fundamental importância a particularização dos estudos em torno dos homicídios.

Aqui me preocupei em destacar o impacto de algumas variáveis socioeconômicas em relação aos homicídios, em específico as taxas dos jovens entre 15 e 29 anos do sexo masculino, pois este grupo é responsável por mais de 60% dos homicídios em todo o país. Esse impacto, comprovado com os confrontos dos dados e no modelo de correlação apresentado, demonstra que os problemas estruturais não têm relação de causalidade com a violência homicida. Em outros estudos demonstramos que o impacto das instituições coercitivas ineficazes são variáveis mais plausíveis de explicar o fenômeno dos homicídios no Brasil (Nóbrega Jr, Rocha e Santos, 2008).

Uma agenda em torno das reais causas da violência homicida se faz necessária. Analisar variáveis institucionais como os gastos com segurança pública, o crescimento dos investimentos em segurança privada, o impacto de políticas públicas de segurança, como apreensão de armas e aprisionamento de acusados, efetivo policial *per capita*, dentre outros é importante para sofisticar ainda mais o impacto para o crescimento ou decréscimo dos homicídios no Brasil. Além do fato de termos de estudar localmente os impactos. As variáveis de desigualdade e pobreza podem não ter associação com os homicídios na região aqui estudada, mas pode ter em São Paulo ou Rio de Janeiro, onde a cultura e os hábitos diferem bastante.

Referências

BARROS, Ricardo P. de, FOGUEL, Miguel N. e ULYSSEA, Gabriel (2006), *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente,* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Volume 1, www.ipea.gov.br

BEATO, C. C. e REIS, I. A. (2000), "Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime", *in* R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil.* Rio de Janeiro. IPEA.

CERQUEIRA, Daniel (2007), "A quem interessa a Segurança Pública no Brasil?" in *(In)segurança Pública e a Ordem Social,* Jorge Zaverucha, Adriano Oliveira e Armando Nascimento (orgs.). Ed. UFPE. Recife.

HOFFMANN, Rodolfo (2006), "Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005" in *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente,* Barros *et ali* (orgs.) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Volume 1, www.ipea.gov.br

IBGE (2006), *Síntese de Indicadores Sociais.* Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica.

IPEAdata (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). www.ipeadata.gov.br variáveis socioeconômicas e populacionais.

JORNAL DO COMMERCIO (2008), "País concentra 10% dos homicídios do mundo", Recife, 13 de setembro, sábado. Caderno Brasil.

NÓBREGA JR., JMP, ROCHA, E e SANTOS, ML (2008), "Os determinantes da Criminalidade Violenta no Brasil". Paper aceito para apresentação no XXVIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, LASA 2009, a ser realizado no Rio de Janeiro entre os dias 11 e 14 de junho de 2009.

SIM/DATASUS/MS. O Sistema de Informações sobre Mortalidade.

SOARES, Gláucio A. D. (2008), *Não Matarás. Desenvolvimento, Desigualdade e Homicídios.* Ed. FGV. Rio de Janeiro.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (2007), *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2007,* Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (2008), *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008,* Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.